

Deputados brigam por novas satélites

Ana Cristina Gonçalves

A disputa dos deputados distritais Tadeu Roriz (PP) e Padre Jonas (PP) pelo reduto eleitoral de Sobradinho, na semana passada, deixou transparecer o que há por trás dos projetos de criação das Regiões Administrativas (RA). Ao garantir a transformação de um assentamento ou outra área em cidade-satélite o político consegue indicar na maioria das vezes o administrador regional e fortalecer sua base política. Por isso Tadeu Roriz quer que Sobradinho II se torne uma satélite, enquanto Padre Jonas levará ao plenário da Câmara Legislativa uma moção popular contra a separação do assentamento da Região Administrativa de Sobradinho.

"Por saber que Sobradinho II é um reduto eleitoral meu, a administradora Anilcéia Machado deixou de beneficiar a região com obras. Por isso, é preciso acabar com o atrelamento entre as duas cidades", acusa Tadeu Roriz. Padre Jonas não apenas defende a administradora, citando obras realizadas por ela, como acusa o outro deputado de não conhecer os problemas da região e os anseios da comunidade. "Os moradores estão preparando um abaixo-assinado contra a separação e dando apoio a Anilcéia que conseguiu a unidade e melhoria da qualidade de vida da região", argumenta.

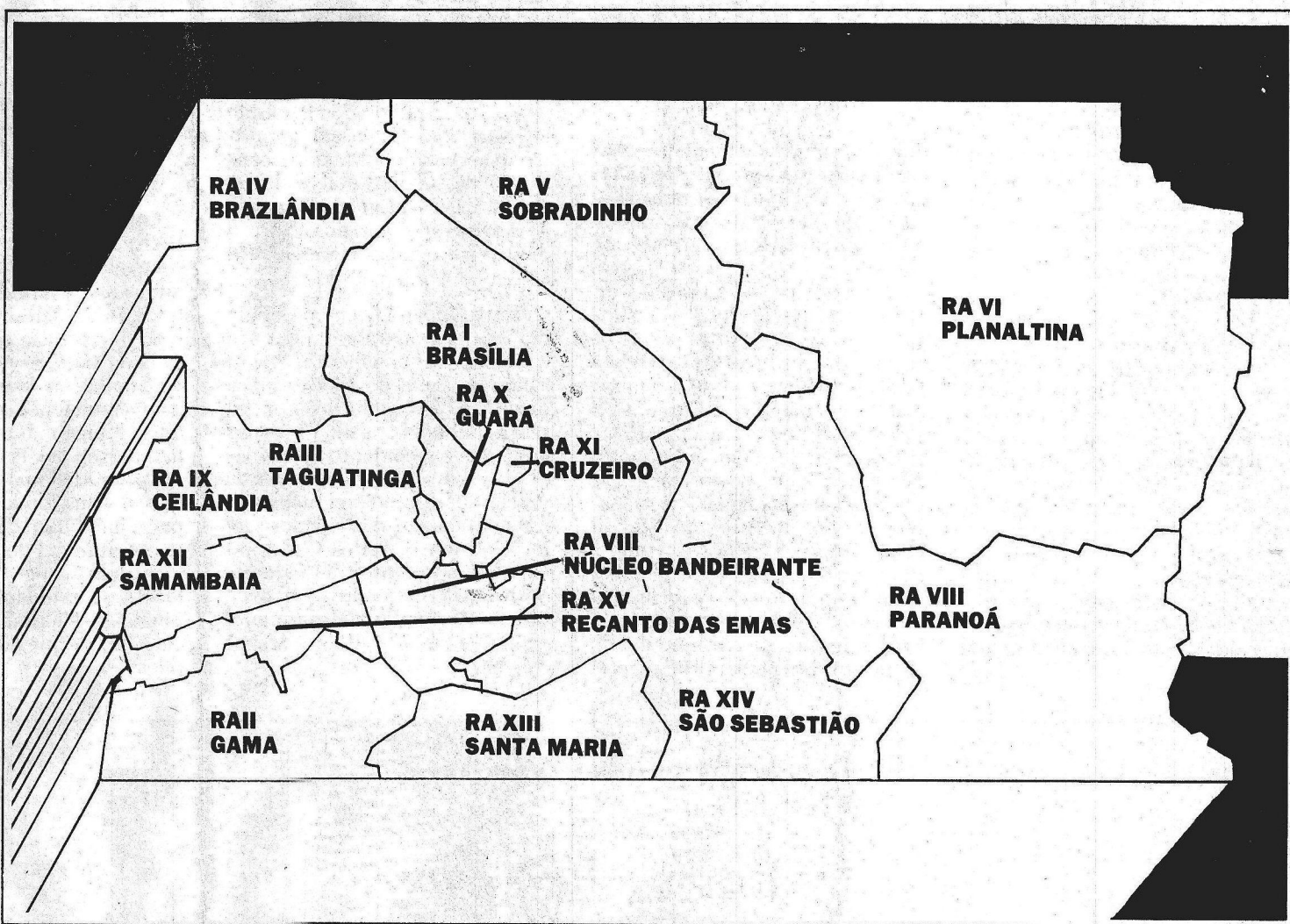
Enquanto Padre Jonas critica o projeto de Tadeu Roriz, trabalha para que seja colocado em prática projeto de sua autoria autorizando a criação da Região Administrativa Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) já aprovado pelo plenário da Câmara.

"Essa administração seria atípica, com características próprias, visando o aumento da arrecadação de impostos para o DF e melhoria daquele pólo industrial", explica. Além do SIA a nova RA abrangeria o ParkShopping e Água Mineral. "Não é justo que a arrecadação daquele setor fique apenas para o Guará, quando a população toda de Brasília compra no SIA", argumenta o deputado distrital.

Projetos — Desde que a Câmara Legislativa foi criada, há quase três anos, já foram propostos pelos parlamentares 11 projetos autorizativos, propondo ao Governo do Distrito Federal (GDF) a criação de novas cidades-satélites. Alguns tiveram resultado, como os que propunham a criação das RA's de Santa Maria e Cidade de São Sebastião, enquanto outros foram esquecidos e alguns poucos aprovados mas ainda não colocados em prática. A autoria da transformação de São Sebastião em cidade-satélite é creditada a vários parlamentares, dentre eles José Edmar Cordeiro (PP), Salvinho Guimarães (PSDB) e Gilson Araújo (PP).

Existe ainda propostas de criação das RA's de Riacho Fundo, Águas Claras, Candangolândia, Areal, Sobradinho II, Park Way e SIA. Por iniciativa do governo já foi criada a cidade-satélite de Recanto das

Emas e será enviado em breve um projeto de lei à Câmara Legislativa criando a RA do Lago Sul. Segundo o deputado Padre Jonas existe ainda a intenção do governador Roriz de também autorizar a criação da satélite do Riacho Fundo e Lago Norte.



Em um ano o mapa do DF ganhou as regiões administrativas de Santa Maria, São Sebastião e Recanto das Emas

Parlamentar propõe eleição direta para administrador

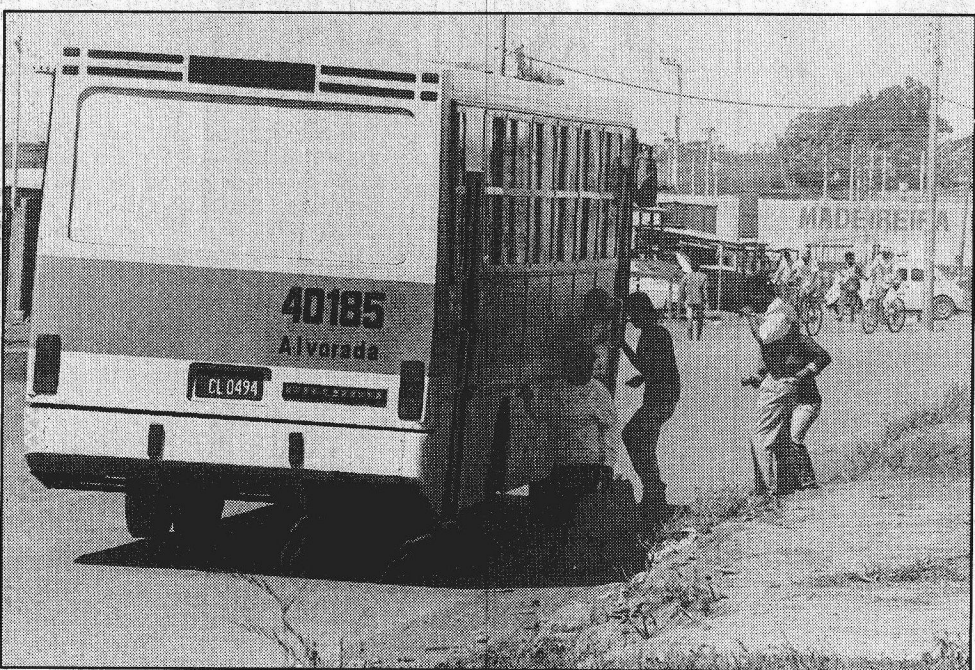
O parágrafo 1º do Artigo 10 da Lei Orgânica dispõe sobre a participação popular na escolha dos administradores regionais. Essa seria a única maneira, segundo o deputado distrital Geraldo Magela (PT), de evitar que os políticos transformem as administrações regionais em currais eleitorais. Por isso o deputado petista apresenta na próxima semana um projeto de lei regulamentando o artigo e propondo a escolha do administrador regional através de eleição direta sem voto obrigatório. Os moradores escolheriam os melhores candidatos, explicou.

Para Magela existe uma necessi-

dade de fortalecimento e autonomia administrativa para as satélites, através da garantia de recursos e descentralização de ações. "O que vemos hoje são os administradores com dependência total dos secretários de Fazenda e de Obras, por não terem autonomia administrativa", acusou. A criação indiscriminada de administrações, na opinião do deputado petista, enfraquecerá cada vez mais as regiões. "Aumentará a disputa por recursos, já que os administradores têm objetivos políticos ou estão apoiando algum candidato", analisou Magela.

Como exemplo do atrelamento en-

tre a proposição do deputado para que o Governo crie uma região administrativa e a transformação do local em reduto eleitoral do respectivo político, Magela citou o caso de Santa Maria. "A deputada Rose é autora do projeto e o governador permitiu que ela indicasse o administrador regional, fortalecendo assim suas bases eleitorais", afirmou. A transformação dos assentamentos de Santa Maria e São Sebastião em satélite, segundo Magela, teve o apoio do Partido dos Trabalhadores, pela real necessidade do crescimento da população, "mas outros, como o do Lago Sul não terá nosso apoio".



Santa Maria foi transformada em satélite para evitar sobrecarga para o Gama

DF ganhou 3 cidades em um ano

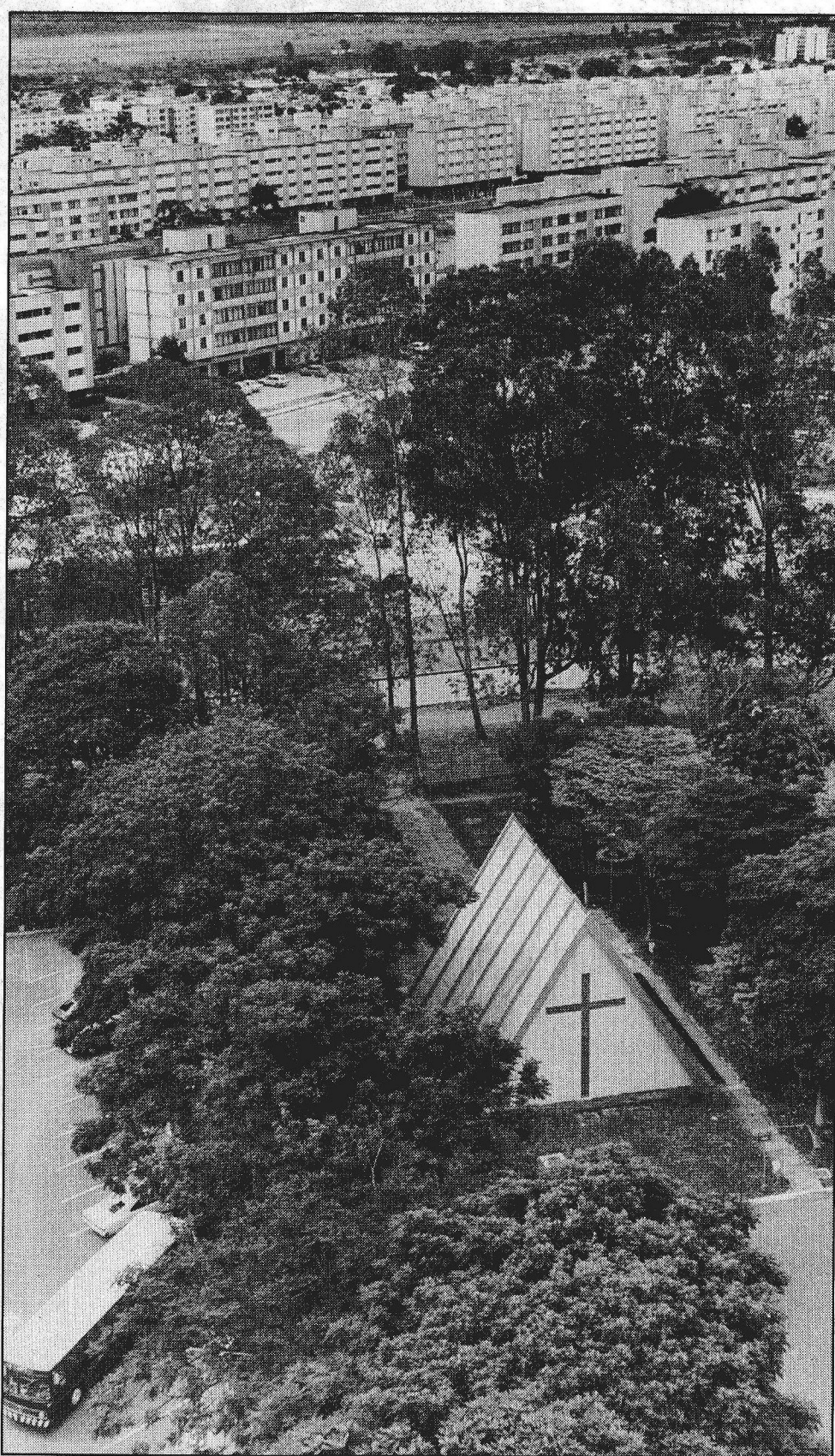
A transformação de assentamentos e núcleos habitacionais em região administrativa em outras épocas demorava muito. Foi o que aconteceu com o Cruzeiro, criado em 30 de novembro de 1959 e ganhou uma administração regional somente em 30 de dezembro de 1987, ou seja; 28 anos após. Taguatinga, outro grande núcleo teve seus primeiros habitantes assentados em 1958 e somente em 1973, através de decreto do então governador Hélio Prates foi considerada uma cidade-satélite. Entretanto, somente este ano foram criadas as satélites de Recanto das Emas, Santa Maria e São Sebastião.

O crescimento das cidades-satélites naquela época era menos acelerado, permitindo que a maioria ficasse sob a tutela do Governo do Distrito Federal como um todo, sem a necessidade de descentralização e, consequentemente uma administração regional. "O governo Roriz está investindo bastante nas satélites e assentamentos, principalmente em infra-estrutura e outras obras sociais e, com a descentralização, através das administrações regionais, é muito mais ágil a execução de pequenas

obras", explicou o subsecretário das administrações regionais, Vital de Moraes.

Satélites — O Cruzeiro é a menor Região Administrativa (RA) de todo o Distrito Federal, com 8,99 quilômetros quadrados e uma população estimada de 69 mil habitantes. Antes de se tornar satélite era ligado à Administração do Plano Piloto, que resultava em muita dependência. Em 1987, a partir de um decreto do ex-governador José Aparecido de Oliveira o Cruzeiro foi considerado uma RA.

A transformação de Sobradinho II em satélite, por não poder depender de Sobradinho não é justificativa suficiente. Isso porque se for comparada aquela área com o Guará (que também tem I e II), a população dessa última satélite é bem maior (155 mil habitantes aproximadamente), enquanto Sobradinho tem 87 mil moradores e Sobradinho II aproximadamente 17 mil. "Se essa separação acontecer deve demorar um pouco, pois ainda não há essa necessidade dentro do governo", explicou o subsecretário das Administrações Regionais.



O Cruzeiro esperou 28 anos para se transformar em Região Administrativa

Governo defende RA do Lago Sul

De acordo com o subsecretário das Administrações Regionais, Vital de Moraes, o governo estuda apenas a criação da 16ª Região Administrativa (RA) do Lago Sul, como foi anunciado pelo governador Joaquim Roriz recentemente. "É necessário um estudo prévio envolvendo vários fatores para justificar a criação de uma nova satélite", explicou. Esse estudo foi feito para a Agrovila São Sebastião, Samambaia, Santa Maria e Recanto das Emas, todas criadas pelo governo Roriz. Além do tamanho da população da nova área são observadas ainda as reais necessidades de descentralização.

"Não podemos deixar de ressaltar que a criação de uma nova RA significa mais gastos para o Governo, pois é um processo oneroso, e por isso não pode ser feito de forma indiscriminada", observou Vital de Moraes. Ele explicou a diferença entre a RA (que é todo o território, como se fosse um município) e a Administração Regional que compreende apenas a área da cidade-satélite. "Na RA de Planaltina por exemplo está a área rural e os assentamentos de Buritis, I, II e III, e Jardim Roriz, enquanto a cidade antiga é que corresponde à administração regional", explicou.

Ao criar uma nova administração, como a do Lago Sul, segundo o subsecretário das administrações regionais, é garantido um melhor atendimento às necessidades da população, como a realização de pequenas obras. "Santa Maria por exemplo já está com cem mil habitantes que sobrecarregavam a administração do Gama", exemplificou. Por outro lado o Lago Sul tem uma população pequena, se comparada com outras áreas, para se tornar uma RA independente do Plano Piloto. "A população não é grande mas o espaço físico é. Há muita área verde para ser protegida e, além disso, a administração de Brasília está sobrecarregada por ter ainda o Lago Norte, Asas Sul e Norte", disse Vital Moraes.